

RESOLUÇÃO CS Nº 05/93, DE 8 DE NOVEMBRO DE 1993.

Dispõe sobre a concessão de Licença-Prêmio por Assiduidade aos Servidores da ETFES.

O Presidente do Conselho Superior da escola Técnica Federal do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais e considerando os artigos 87 a 89 da Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e a decisão do plenário,

RESOLVE:

Art. 1º A licença-prêmio por assiduidade será gozada integralmente, em três meses ininterruptos, e será concedida mediante requerimento do interessado ao Diretor do Departamento de Recursos Humanos, protocolado com antecedência de, no mínimo, sessenta dias da data pretendida para o seu início.

Parágrafo Único. Tratando-se de docentes, o início da licença deverá coincidir com o início de um dos semestres letivos.

Art. 2º O Departamento de Recursos Humanos instruirá o processo, no prazo de dez dias, informando sobre a possibilidade do afastamento do servidor, tendo em vista o limite máximo de servidores em gozo simultâneo da licença e o atendimento dos requisitos legais para a concessão.

Art. 3º O limite máximo de servidores em gozo simultâneo da licença-prêmio por assiduidade em cada Coordenação, Coordenadoria, Divisão, Seção ou Setor, na Biblioteca e no Almoxarifado é de 10% (dez por cento) do total de servidores em efetivo exercício na respectiva área de atuação, respeitado o limite máximo de 1/3 (um terço) da lotação do Departamento.

§ 1º No caso do número de servidores da área de atuação ser inferior a 10 (dez), será permitido o afastamento de apenas um servidor de cada vez.

§ 2º No caso do número de requerentes para o gozo da licença de que trata esta Resolução exceder os limites referidos neste artigo, terá preferência o servidor que contar com maior tempo de serviço ininterrupto no Serviço Público Federal, incluídas nesse cômputo as licenças-prêmio por assiduidade não gozadas.

Art. 4º Deferido o requerimento, o Departamento de Recursos Humanos baixará a respectiva Portaria, dando ciência ao servidor e ao Diretor do Departamento em que ele está lotado.

Art. 5º Os casos omissos serão resolvidos pelo Conselho Superior da ETFES.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogada a Resolução CS- Nº 01, de 05 de fevereiro de 1990.

Sala das Sessões, 8 de novembro de 1993.

ZENALDO ROSA DA SILVA
Presidente do Conselho Superior